

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

A DESIGUALDADE E A INVISIBILIDADE SOCIAL NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ava da Silva Carvalho Carneiro¹

O objetivo central deste artigo é analisar a desigualdade social e, conseqüentemente, a invisibilidade social. Estes temas centrais na constituição da identidade do povo brasileiro serão analisados a partir de uma interlocução entre a Sociologia e a Psicologia desenvolvidas por Jessé Souza e Fernando Braga da Costa, respectivamente. Estes dois autores apontam em suas obras a desigualdade social como um fenômeno constituinte da sociedade brasileira. Jessé Souza também critica a visão de autores da sociologia clássica quanto o surgimento da desigualdade na história da colonização do Brasil. Para evitar o reducionismo, os autores buscam compreender a invisibilidade social a partir de uma investigação aprofundada do tema da desigualdade e para isso, dialogam com diversas perspectivas ao darem conta de temas eminentemente históricos nesta sociedade.

Palavras-chave: desigualdade social; invisibilidade social; sociedade brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo constrói uma interlocução entre dois autores, o sociólogo Jessé Souza e o psicólogo Fernando Braga da Costa. Eles discutem em suas obras a invisibilidade de atores sociais envolvidos, e encobertos, pela desigualdade historicamente construída na sociedade brasileira.

Em 2006, Jessé Souza lançou o livro *A invisibilidade da desigualdade brasileira* que, embora trate de forma mais específica o tema da invisibilidade social, faz parte de um longo projeto deste autor pelo desenvolvimento de uma teoria social crítica para explicar a modernidade periférica e a elaboração de uma alternativa teórica em relação aos paradigmas do personalismo/patrimonialismo. Segundo Souza (2000), autores da clássica sociologia brasileira como Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro e

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia
avapsi@gmail.com

Roberto DaMatta ao tentarem construir em suas obras uma identidade nacional do povo brasileiro recaem em uma “teoria emocional da ação”, que embora exalte as qualidades desse povo, não aborda as principais causas da desigualdade no país. Nesta corrente, a sociedade brasileira é analisada a partir de noções como o personalismo, o familismo e o patrimonialismo e a explicação do jeito de ser brasileiro fica reduzida a estes conceitos. Para Souza (2006) os esquemas explicativos utilizados por Hollanda, Faoro e DaMatta tendem a perder sua relação com qualquer realidade mais ampla a partir do momento que eles tentam explicar o comportamento do brasileiro simplesmente pelo próprio comportamento do brasileiro e pela colonização portuguesa, abandonando uma interlocução mais totalizadora que abarque as construções singulares das modernidades periféricas, como é o caso do Brasil.

O psicólogo Fernando Braga da Costa por sua vez, aborda no livro *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*, de 2004, o tema da invisibilidade e da humilhação social a partir de casos empíricos registrados em uma pesquisa realizada por ele. Ao cursar uma disciplina de psicologia social durante a graduação, este autor teve a incumbência de exercer por um dia uma profissão considerada subalterna, não-qualificada e escolheu acompanhar os garis que trabalhavam na Universidade de São Paulo (USP). A partir daí, resolveu explorar o tema em sua dissertação e passou dois anos acompanhando esses trabalhadores, cuja atividade precária (e em condições precárias) é alvo de humilhação social e provoca imenso sofrimento psíquico nesses sujeitos.

Para explicar a invisibilidade social enfrentada no trabalho cotidiano dos garis e construir uma psicologia social crítica, o autor recorre a textos clássicos da sociologia, da antropologia e da filosofia. Costa (2004) não se limita à sua área de atuação, nem mesmo à sala de aula. Desenvolve um trabalho etnográfico e torna-se membro de um grupo de sujeitos socialmente excluídos, profissionais que oferecem “apenas” o corpo como ferramenta de trabalho. Os garis fazem parte de uma categoria de profissionais que desenvolvem um trabalho considerado desqualificado, socialmente rebaixado, trabalho de força bruta, de gente bruta.

Os capítulos seguintes deste artigo desenvolvem as idéias centrais defendidas por Souza (2006, 2003, 2000) e por Costa (2004) e apontam a perspectiva destes dois autores em busca de uma postura crítica diante do tema da desigualdade social e da invisibilidade social brasileira.

2 JESSÉ SOUZA E A CONSTITUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA: NOVOS CAMINHOS RUMO A UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

Jessé Souza constrói em seus três livros analisados neste artigo uma sociologia crítica ou uma crítica à sociologia clássica brasileira, às idéias dominantes sobre o povo brasileiro e o mito da brasilidade nas últimas décadas. Este autor pontua com objetividade obras como *Raízes do Brasil* (1936), *Os donos do poder* (1958) e *Carnavais, malandros e heróis* (1979). Souza (2000) não poupa Sérgio Buarque de Hollanda, nem Faoro ou mesmo DaMatta, respectivos autores das obras anteriormente citadas. Em *A invisibilidade da desigualdade brasileira*, Souza (2006) também critica trabalhos mais recentes como a tese do cientista social Luis Eduardo Soares. O autor parece inicialmente poupar apenas Gilberto Freyre ao enaltecer *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) quando escreve *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. No entanto, também irá criticá-lo mais tarde por acreditar que Freyre minimiza as mazelas brasileiras e defende uma democracia racial em favor de uma integração nacional que era propagada pelo então presidente Getúlio Vargas (SOUZA, 2006).

A sociologia de Jessé Souza parece traçar uma crítica muito dura e seu trabalho rema contra a maré de idéias reificadas no senso comum e no ambiente acadêmico, na tentativa de mostrar qual a verdadeira origem desta sociedade brasileira, ou melhor, qual a verdadeira origem da desigualdade desta sociedade. Provoca um desconforto inicial no leitor por desfazer com rapidez obras que há décadas são difundidas nas ciências sociais e que invadiram o imaginário social deste povo.

Mas o que Jessé Souza quer não é causar desconfortos, mas apenas mostrar uma nova ordem, apresentar teorias sólidas que possam explicar o Brasil e sua gente. Souza (2006) não acredita que a pura descrição da realidade das pessoas socialmente humilhadas possa definir o que é desigualdade e sua origem social. Para o autor é preciso articular a história de vida desses sujeitos invisíveis com teorias sólidas, buscar explicações macrosociológicas para compreender a constituição social dos brasileiros.

A empreitada de Souza (2000) começa com o elencamento de teorias consideradas essenciais pelo autor para descrever diversos fenômenos sociais e tornar compreensível o processo de modernização periférica de países como o Brasil, bem como de outros países da América latina. Na primeira parte do livro *A modernização seletiva* intitulada “Singularidade, seletividade e reflexividade do desenvolvimento ocidental”, Souza (2000) dialoga com Weber, Elias, Habermas e Charles Taylor. Já em

A construção social da subcidadania, o autor recorre a Bourdieu e mais uma vez a Charles Taylor para explicar a constituição da modernidade periférica e a própria subcidadania brasileira. O esforço de Souza (2000, 2003) é apresentar ao leitor uma teoria bem fundamentada e que seja coerente com a construção de sua “teoria da ação social”.

O projeto de Jessé Souza se inicia em *A modernização seletiva*, com o desvelamento da inautenticidade da sociologia brasileira, isto é, de “[...] uma abordagem sociológica que articula o iberismo com uma comparação superficial entre o Brasil e os Estados Unidos, desprezando a variedade dentro da modernidade ocidental e não levando suficientemente em consideração os elementos específicos da formação brasileira.” (AVRITZER, 2001, p. 166). Neste caso específico, ele vai acusar as obras de Holanda, Faoro e DaMatta de reproduzirem este modelo.

Souza (2000, p. 164) descreve primeiramente a teoria de Sérgio Buarque de Holanda e o entusiasmo deste autor ao defender que os brasileiros teriam se constituído a partir da plasticidade herdada dos portugueses: “Foi a plasticidade que teria permitido aos portugueses a fixação em meio ambiente tão hostil e estranho e propiciado a assimilação social e racial dos elementos indígenas e especialmente dos africanos.” Assim como seus colonizadores, os brasileiros seriam marcados por esta plasticidade, uma espécie de ligação direta com a tradição lusitana. A questão destacada por Souza (2000, p. 166, grifo do autor) é que esta ligação induzida na teoria de Buarque de Holanda é demasiadamente direta:

O que salta aos olhos na elaborada e refinada argumentação de Buarque é a afirmação de uma certa causalidade atávica, um princípio ativo que atravessa séculos com diferenças apenas epidérmicas, meros disfarces do *eterno retorno do mesmo*: o personalismo gestado na colônia e herdado de Portugal.

O personalismo e o iberismo tornam-se a panacéia em *Raízes do Brasil*, a explicação para todo e qualquer comportamento que diga respeito ao povo brasileiro. Buarque de Holanda defende que a superação desse personalismo só ocorrerá com o desenvolvimento da produção do café paulista e conseqüentemente do Estado de São Paulo, marcos da modernização brasileira segundo o autor (SOUZA, 2000).

Ao analisar a obra de Raimundo Faoro, Souza (2000) identificará o mesmo personalismo já previamente defendido por Buarque de Holanda. Avritzer (2001) afirma que ambos os autores poderiam ser enquadrados em uma categoria que Jessé Souza denomina de culturalismo atávico.

Ao criticar a obra de DaMatta por sua vez, Souza (2000) ressalta que este autor conduz sua interpretação da identidade brasileira a partir de uma abordagem culturalista das práticas sociais e cotidianas. No entanto, DaMatta recai sobre a mesma questão de Hollanda e Faoro: a comparação com os Estados Unidos. Este autor também se contradiz e, ao mesmo tempo em que condena uma ciência social subjetivista, cai nesta armadilha e explica o funcionamento de regras sociais a partir da sua própria intencionalidade. Não é desta vez que Jessé Souza encontra seu bastião da interpretação da sociedade brasileira.

Por fim, Souza (2000) parece se render à teoria de Gilberto Freyre e concorda com o pensamento do autor sobre os valores e normas que se tornaram dominantes na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à forma específica de organização da escravidão e da esfera privada. De acordo com Avritzer (2001) e sua interpretação de *A modernização seletiva*, Souza (2000) utiliza como referência um ponto pouco destacado na obra *Casa grande & Senzala* de Gilberto Freyre, a “[...] importância da forma moura da organização da escravidão no Brasil, uma forma que incluiu a poligamia, a família estendida e a possibilidade de reconhecimento dos filhos ilegítimos [...]” (AVRITZER, 2001, p. 166).

Outro ponto desenvolvido por Freyre, já em *Sobrados e Mucambos*, também essencial para a construção da teoria de Jessé Souza, é a o processo de “ocidentalização” do Brasil a partir da influência da Europa burguesa, e não mais portuguesa, desde o século XIX, com a chegada da família real na colônia, seguida pela independência do país.

Sem dúvida, Gilberto Freyre é a maior referência da literatura brasileira para a construção da “teoria da ação social” de Jessé Souza. Em *A modernização seletiva*, Souza (2000) retoma uma questão central tanto em *CGS*, como em *SM²*: a relação entre negros e portugueses. Uma relação permeada simultaneamente por distância e proximidade, uma ambigüidade central no desenvolvimento da noção de patriarcalismo e da composição familiar brasileira. Souza (2000) substitui o patriarcalismo pelo sadomasoquismo, sendo assim, passa a utilizar esta terminologia seguindo a definição patológica de Freud. O sofrimento dos negros é um assunto recorrente retratado na obra de Gilberto Freyre quando ele expõe a relação entre os escravos e seus senhores.

As idéias de Freyre formam o fio condutor para o desenvolvimento das idéias de Jessé Souza. Ele finalmente encontra um ponto de apoio na sociologia brasileira que

² *CGS*: Casa Grande & Senzala; *SM*: Sobrados e Mucambos

justifique e fundamente o seu projeto em busca de uma sociologia crítica e que explique a constituição da modernidade periférica. Mesmo mais tarde, em *A invisibilidade da desigualdade brasileira*, quando Souza (2006) rompe com outros aspectos retratados nas obras de Freyre, ele não desfaz a importância do autor, nem da sua perspectiva sobre a formação da sociedade brasileira.

É este também o direcionamento dado por Jessé Souza em *A construção social da subcidadania*. O autor segue fiel à sua tentativa de criar um quadro explicativo da formação da identidade brasileira e também da histórica desigualdade deste país. Para isso aborda a singularidade do processo modernizador periférico centrado na transferência, sem mediações e das práticas “impessoais” trazidas da Europa para o Brasil. Continua a dialogar fortemente com sua crítica precedente à tradição sociológica brasileira que vinculou o “iberismo” a uma comparação descabida envolvendo Brasil e Estados Unidos, além de tratar de uma gama de questões intimamente articuladas proveniente deste mesmo ideal. (BRAGA, 2004).

Neste livro torna-se mais contundente a teoria de Souza (2003), para definir a constituição da modernidade periférica e talvez sua explicação mais plausível seja a seguinte: “Uma especificidade importante da modernidade periférica – da nova ‘periferia’ – parece precisamente o fato de que, nestas sociedades as ‘práticas’ modernas são anteriores às idéias ‘modernas’”. (SOUZA, 2003). O Brasil moderniza-se de “fora para dentro”; não é a atitude, nem o comportamento dos brasileiros que conduzem ao processo de modernização do país, mas sim, a adoção de práticas européias burguesas em substituição ao estilo patriarcal português. Estas práticas, como já foi dito anteriormente, invadem o Brasil no século XIX e são a gênese da desigualdade do país.

Diferente do que defendiam alguns teóricos clássicos criticados por Jessé Souza, a desigualdade social brasileira não deriva diretamente do processo de colonização, mas desta modernização periférica, por si só desigual, que seleciona seus indivíduos:

[...] nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é *moderna*, posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas com base em sua bem-sucedida importação ‘de fora para dentro’. Assim, ao contrário de ser personalista, ela retira sua eficácia da ‘impessoalidade’ típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana. (SOUZA, p. 17, 2003, grifo meu)

O mesmo século XIX da vinda da família real para o Brasil, da independência do país, é também o século da abolição da escravidão, fato que fortalece ainda mais a desigualdade social. Pouco restava aos escravos libertos, formalmente eles estavam

livres, mas não conseguiriam se desenlaçar das condições subumanas às quais estavam submetidos. Dessa forma, negros escravos formam o que Souza (2003) denomina de “ralé social”, uma categoria de sujeitos considerados dispensáveis pela sociedade.

Em uma alusão a obra de Gilberto Freyre, Souza (2003, p. 140) traça a permanência da desigualdade através da divisão e da ocupação dos espaços habitados por negros/pobres e brancos/ricos, uma espécie de “dimensão geográfica” da desigualdade: “Da casa-grande e senzala, depois sobrados e mucambos, e, talvez, hoje em dia, bairros burgueses e favelas [...]”. A desigualdade social estende-se além do comportamento dos sujeitos, das relações estabelecidas, do tratamento que é destinado aos pobres, invisíveis sociais. Para Jessé Souza, a desigualdade surge, ramifica-se e permanece na sociedade por fatores concretos, que podem ser retomados historicamente; não é possível aceitar a idéia de naturalização deste fenômeno.

Para construir a noção de subcidadania e também desenvolver o pensamento sobre a formação da desigualdade periférica, Souza (2003) recorre a Florestan Fernandes, mais especificamente à obra *A integração do negro na sociedade de classes* e retoma a problemática da inserção do liberto às novas condições marcadas pela modernização capitalista: “Florestan percebe, portanto, e com notável acuidade, precisamente nas dificuldades de adaptação à nova ordem competitiva, a semente da marginalização continuada de negros e mulatos.” (SOUZA, p. 156).

É impossível retratar neste artigo todo o esforço de Jessé Souza em romper com teorias clássicas da sociologia brasileira, apontando novos paradigmas, mais abrangentes e que dêem conta de explicar as causas da desigualdade social brasileira, quase sempre naturalizada na literatura.

Em sua terceira obra analisada neste artigo, *A invisibilidade da desigualdade brasileira*, Souza (2006) colhe os frutos da construção teórica que amarra em *A modernização seletiva* e *A construção social da subcidadania*. Por tratar mais objetivamente da invisibilidade social, esse livro será discutido juntamente com o livro de Fernando Braga da Costa no capítulo que aborda o mesmo tema. Souza (2006), depois de conduzir todo um apanhado teórico, diverso e bem fundamentado, parte para uma construção da sua “teoria da ação social” rumo a uma interpretação mais adequada sobre o Brasil contemporâneo.

3 FERNANDO BRAGA DA COSTA: A INVISIBILIDADE SOCIAL E UMA PSICOLOGIA (COM COMPROMISSO) SOCIAL

Fernando Braga da Costa faz uma psicologia crítica, mesmo sem anunciar que sua construção empírica e teórica está fundamentada em uma psicologia crítica. Esta psicologia exercida pelo autor é o que pode ser chamado de psicologia com compromisso social. No livro *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*, ele mantém este compromisso desde a escolha do tema até a execução e fundamentação do seu projeto. A postura crítica adotada por Costa é essencial para que ele ofereça um panorama amplo e fiel da invisibilidade social e das suas ramificações na sociedade brasileira.

O livro se propõe a tratar da invisibilidade social de perto e para isso o pesquisador seleciona um método de coleta de dados que permita essa aproximação com o seu objeto de estudo. A etnografia, método das ciências sociais por excelência, mais especificamente da antropologia, serve à psicologia e sustenta todo o percurso da investigação. Quando se pensa em etnografia, lembra-se logo de Malinowski e suas pesquisas nas Ilhas Trobriands, o interesse dos antropólogos pelo exótico, mas Costa (2004) demonstra que não é preciso ir tão longe, uma atividade urbana e tão próxima do seu cotidiando pode causar estranhezas. A invisibilidade social é parte da história desta sociedade.

Os garis, sujeitos da pesquisa, são todos trabalhadores da Universidade de São Paulo, e mesmo antes de iniciar este projeto é possível que o psicólogo tivesse os observado no campus universitário ou observado outros garis pelas ruas da cidade. Mas, foi ao acompanhar a rotina *destes* garis que o autor pôde perceber e vivenciar as dificuldades cotidianas de uma atividade tão desqualificada socialmente. E como todo etnógrafo ele estranha.

A estranheza é necessária em um primeiro momento para que depois haja contato, aproximação, identificação. Costa (2004) compreende seu objeto de estudo, a invisibilidade social, tornando-se um daqueles sujeitos da sua pesquisa, recebendo o mesmo tratamento que eles:

No intervalo entre as aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum [...] fosse chamar a atenção de toda a gente [...] Não fui reconhecido [...] Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível [...] (COSTA, 2004, p. 58)

Não precisou muito para o autor tornar-se membro daquela comunidade e sofrer da mesma forma que eles; um sofrimento ao qual os garis já estavam acostumados, mas

para o pesquisador tudo era novo, experimentava sensações e inquietava-se com a anestesia dos outros diante dele. Agora não mais psicólogo, apenas exercia um trabalho desqualificado, mais um desses que se vê nesta sociedade desigual, trabalhos que ninguém quer exercer, destinado a quem é imprestável para qualquer outra atividade que exija um pouco de intelecto.

A pesquisa traz relatos do autor e dos garis, relatos de humilhação social já anunciados pelo título do livro, mas o que interessa neste capítulo é afirmar o compromisso que Costa (2004) exerce com a sociedade ao desenvolver este projeto e como desta forma propicia um resultado crítico, uma psicologia crítica, denunciando comportamentos preconceituosos reificados nesta sociedade.

Um projeto com compromisso social não deve perder de vista os contextos sociais e políticos nos quais os sujeitos se inserem e é neste segmento que Costa (2004) desenvolve sua pesquisa. Além de combater uma psicologia mais individualista, ele se volta para as relações entre as pessoas e para a comunidade na qual elas se inserem. O autor também busca uma interlocução com as demais áreas das ciências humanas, não se limita ao âmbito da psicologia social.

Para Bock (1999), assumir um Compromisso Social é questionar o que está colocado como verdade, e em alguns momentos não aceitar “[...] que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas. [...] É estranhar, é inquietar-se com a realidade [...]” (BOCK, p. 327). O Compromisso Social implica na ação de um agente preocupado com a sociedade, mas para Freire (1998), ser comprometido com a sociedade não é tão simples e exige requisitos. Um deles é que o agente, promotor desse Compromisso Social, seja capaz de “agir e refletir”. Antes de o agente comprometer-se socialmente, ele precisa reconhecer o seu contexto, a sua realidade. É necessária uma reflexão desse agente “sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolivelmente à sua ação sobre o mundo” (FREIRE, 1998, p. 16).

O Compromisso Social só se define como tal se há um engajamento com o contexto social, dessa forma esse compromisso pode ser considerado verdadeiro, de acordo com suas causas finais. Neste ponto, as concepções de Freire (1998) aproximam-se do ponto de vista de Martín-Baró (1997). Este autor defende que o trabalho do agente comprometido socialmente deve estar “definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender” (MARTÍN-BARÓ, 1997, p.1). No livro, Costa (2004) abandona uma prática unicamente tecnicista e volta seu olhar para a diversidade-desigualdade inerente ao seu contexto cultural, valorizando a subjetividade dos sujeitos

da sua pesquisa. Ele estabelece uma relação com os garis e busca apreender a realidade deles a todo o momento, a cada ação, cada gesto; nada pode escapar.

O interesse pelo tema e o investimento que Costa (2004) dispõe neste trabalho revela o compromisso do autor, o *seu* compromisso social, em desvendar uma desigualdade encoberta ou uma gente encoberta pela desigualdade. Mais do que compromisso, todo o projeto revela uma postura crítica do psicólogo, um modo de fazer pesquisa que requer aproximação do seu objeto, para analisá-lo de forma segura e ser fiel à realidade enfrentada cotidianamente por cidadãos tão humilhados, ou quem sabe, não-cidadãos.

Furtado (2000, p. 228) chama atenção, no entanto, para um cuidado que os profissionais devem ter ao adotar essa dimensão social, crítica. Corre-se o risco de desenvolver uma prática “classista, voltada exclusivamente para os trabalhadores, para as classes populares”. É preciso apenas romper com uma prática que tem sido classista de um outro modo: “[...] olhando apenas para um lado da sociedade, para os bem sucedidos, para o mercado, para quem pode pagar”. (FURTADO, 2000, p. 228).

O projeto de Costa (2004) é transformação social. Pensar em uma transformação social é perfilhar idéias como compromisso social, postura crítica. É pensar em uma mudança das condições de vida da população brasileira, ou ao menos, em um primeiro momento, denunciar estas condições para uma sociedade que insiste em manter-se cega. Este psicólogo revela sujeitos invisíveis e uma desigualdade que insiste em manter-se invisível para tantas pessoas.

Costa (2004) exemplifica através das inúmeras histórias dos “seus” garis o que havia sido discutido por Souza (2006, 2003, 2000). Ele vivencia situações de invisibilidade social, uma consequência direta da desigualdade social constituída ao longo da formação da sociedade brasileira e traço permanente no cotidiano do seu povo.

4 A ORIGEM DA INVISIBILIDADE BRASILEIRA

*Mas há milhões desses seres
que se disfarçam tão bem
que ninguém pergunta
de onde essa gente vem
(Chico Buarque)*

O tema da invisibilidade social aparece na obra de Fernando Braga da Costa de uma forma muito direta e impactante. Os garis, conscientes da sua invisibilidade, falam sobre ela e o autor vivencia aquilo que só encontrava em livros e artigos ou talvez em uma observação cotidiana mais cuidadosa. Enquanto Costa (2004) nos mostra as consequências contemporâneas da desigualdade no nosso país, Souza (2000, 2003, 2006) retoma a trajetória da desigualdade e sua constituição histórica no Brasil a partir do processo de modernização periférica.

Quando Jessé Souza retorna a Florestan Fernandes (*A integração do negro na sociedade de classes*), ele conclui que o maior desejo dos excluídos, entrevistados por este autor, era ser gente, torna-se gente. De acordo com Sposati (1995), esses sujeitos podem ser definidos como *menos cidadãos*, sujeitos que não são reconhecidos pela sociedade, os não-visíveis. Para a autora, o homem só é reconhecido quando se faz trabalhador, quando contribui para a previdência, ou seja, para o Estado. Neste caso, ele tem direito de acesso às políticas de seguridade social. Porém, se o indivíduo não trabalha, ele não tem direito de acesso a essas mesmas políticas e o Estado não pode garantir uma seguridade social a esse sujeito que é *menos cidadão*. A ele não cabe exigir, reivindicar por direitos, mas agradecer caso algum benefício lhe seja concedido.

Mesmo alguns sujeitos que contribuem para a previdência não terão todos os seus direitos assegurados, também são sujeitos que vivem dos favores, do resto dos outros. Costa (2004, p. 240) analisa esta situação a partir da produção e consumo de bens dos sujeitos que produzem e que consomem:

Os pobres são as pessoas que fabricam automóveis; nós, as pessoas que os utilizamos. Com alguma sorte, depois de décadas de uso por terceiros, podem comprar os tais carros que produziram, já em condições precárias. Os pobres são os sujeitos que trabalham como padeiros [...] mas, muitas vezes, sua família passa fome.

Para Costa (2004), a invisibilidade pública desponta como um fenômeno psicossocial, definido como o desaparecimento de um homem entre outros homens. A invisibilidade seria o resultado do processo de humilhação social, construído durante séculos e sempre determinante no cotidiano dos indivíduos das classes pobres.

O que é “de pobre” não interessa a ninguém, por isso sempre foi alvo de humilhação e renegação por outras classes. Souza (2006) reflete essa questão a partir das notícias que são divulgadas nos jornais e o tempo e espaço destinado a estes assuntos. Enquanto escrevia um dos capítulos para seu livro “*A invisibilidade da*

desigualdade brasileira” o autor se deparou com uma matéria de primeira página no jornal carioca O Globo, sobre um acidente de carro que matou cinco jovens da classe média. A reportagem contava com um grande destaque do jornal, fotos coloridas, continuação nas outras páginas... No mesmo jornal, Souza (2006) identifica no verso da primeira página a foto de um cadáver – um sujeito que morreu afogado na lagoa Rodrigo de Freitas com mais dois outros “pobres diabos”, segundo o autor, e além da tragédia, via-se turistas rindo em volta do corpo. Para o autor essa é uma:

“história de anônimos, sem drama, sem identificação empática da parte de ninguém [...] Em um caso, identificação e compartilhamento de dor, no outro caso, desinteresse, ou pior, naturalização e banalização da morte e do sofrimento de gente, que não é gente como a gente.” (SOUZA, 2006, p. 67).

A atenção que a mídia disponibiliza para cada reportagem revela quem interessa e quem não interessa à sociedade. Os leitores e telespectadores de jornais anseiam por notícias que falem sobre pessoas como eles, com as mesmas condições sócio-econômicas, e é este interesse que conduz maior ou menor destaque à matéria.

Para Souza (2006) é preciso ir contra a leitura superficial e rasteira de um mundo complexo e desigual que aponta o fator econômico como a variável determinante para a desigualdade brasileira. O autor revela a existência de uma “tendência a se acreditar num ‘fetichismo da economia’, como se o crescimento econômico por si mesmo pudesse resolver problemas como desigualdade excludente e marginalização [...]” (SOUZA, 2006, p. 24).

Se a desigualdade, a humilhação e a invisibilidade pública ainda permanecem como temas recorrentes nesta sociedade é porque há um interesse em torno da manutenção desse sistema. Um jogo de classes que reifica esta cegueira e tenta naturalizar este processo, mas como diz Jessé Souza, esta desigualdade não pode ser naturalizada. É necessário apontar as dimensões históricas que favoreceram a formação destes fenômenos e também a sua permanência.

Costa (2004) rompe com esta distância quando se aproxima literalmente destes sujeitos invisíveis e em certa medida vive como eles, experienciando e dividindo um cotidiano tão diferente do seu. Não é preciso vivenciar a humilhação para saber que ela existe. Souza (2000, 2003, 2006), mesmo sem adotar uma postura etnográfica nos seus projetos, dimensiona o processo da invisibilidade social e o desejo de uma gente que só quer se tornar gente.

5 ALGUMAS REFLEXÕES

Temas como a invisibilidade social, retratado neste artigo, mostram que psicólogos e sociólogos vêm trabalhando sob o mesmo objeto de estudo e que não há mais temas que possam interessar apenas uma destas áreas. Os modos de fazer pesquisa, os métodos de investigação, também são utilizados da mesma forma, sem uma separação do que pode ser psicológico ou sociológico. Costa (2004), por exemplo, faz uso da etnografia, método da antropologia, para se aproximar e estudar o cotidiano dos garis.

Provavelmente a sociologia tenha servido mais à psicologia nos últimos anos. Para compreender a subjetividade e as relações que o indivíduo estabelece com o outro e com o mundo à sua volta é preciso contextualizar este indivíduo, estar atento à história, ao passado, à cultura na qual ele se insere e neste sentido, os métodos sociológicos têm muito mais a oferecer.

Analisando a obra de Jessé Souza e Fernando Braga da Costa, é possível notar que o sociólogo esforça-se muito mais para dar conta deste contexto sócio-histórico que possibilitou a construção da desigualdade, enquanto que o psicólogo vai direto ao relato dos seus sujeitos e propõe interlocuções muito mais tímidas com as teorias que fundamentam seu objeto de estudo. No entanto, Costa (2004) não perde de vista a importância de articular sua obra com outras áreas do conhecimento e esta tarefa é necessária para tornar seu texto tão crítico quanto o de Souza (2006).

A tentativa deste artigo é discutir dois fenômenos constantes e constituintes da sociedade brasileira a partir da interlocução entre estas duas áreas das ciências humanas. Busca-se também compreender de que forma Souza (2000, 2003, 2006) e Costa (2004) exercem uma criticidade diante do mesmo objeto de estudo. A postura destes autores rompe barreiras ainda existentes entre a psicologia e a sociologia e revelam algumas articulações possíveis para dar conta de questões centrais nesta sociedade e que esclarecem a composição do povo brasileiro. Abre-se espaço para que outros temas sejam investigados à luz destas duas ciências, sempre firmando um compromisso social com o objeto investigado e com as outras áreas de conhecimento que possam contribuir e enriquecer esta discussão, bem como desenvolver estratégias para lidar com questões sociais tão complexas.

6 REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Resenha de A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro de Jessé Souza. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 165-167, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BRAGA, Ruy. Decifrando o enigma brasileiro: novas pistas - Resenha de A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 139-143, 2004.

COSTA; Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Odair. Psicologia e compromisso social – base epistemológica de uma psicologia crítica. *PSI – Revista Psicologia Social e Institucional*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 217-229, dez. 2000.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. *Carta- tema: a assistência social no Brasil 1983-1990*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Jessé (Org). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo horizonte: UFMG, 2003.

_____. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.